

BOLETIM NOVO CAGED AMAPÁ

FEVEREIRO/2026





BOLETIM NOVO CAGED – AMAPÁ

O Boletim do NOVO CAGED (Cadastro Geral de Empregos e Desempregos) apresenta uma análise dos dados disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sobre o crescimento do mercado de trabalho formal. O Sistema do Caged foi substituído pelo sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas E-social, de forma gradativa desde janeiro de 2020, assim todas as empresas são obrigadas a declarar as movimentações por meio do E-Social.

O banco de dados fornece informações que embasam estudos, pesquisas, projetos e programas relacionados ao mercado de trabalho, subsidiando decisões governamentais.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, o mês de fevereiro de 2026, o estado do Amapá apresentou um estoque de 104.321 postos de trabalho, com saldo de 238 trabalhadores formais (148 homens e 90 mulheres), com 4.044 admissões (2.536 homens e 1.508 mulheres) e 3.806 desligamentos (2.388 homens e 1.418 mulheres).

O perfil do trabalhadoraor Amapaense apresenta tendências interessantes quanto à formação educacional predominante. Entre os admitidos, destaca-se que a maioria possui nível médio completo, totalizando 3.025 pessoas. Logo em seguida, estão aqueles com ensino superior completo, com 403 celetistas.

Já os desligamentos, percebe-se que 2.776 trabalhadores com nível médio completo foram demitidos, enquanto 367 possuíam ensino superior.



Evolução Mensal Fevereiro

Tabela 1 - Evolução de estoque, admissões, desligamentos e saldo por nível geográfico - Fevereiro de 2026 (Série com Ajustes)

Unidade da Federação	Fevereiro/2026					
	Estoque	Admissões	Desligamentos	SalDOS	Variação Relativa (%)	Ranking
Brasil	48.837.602	2.381.767	2.126.446	255.321	0,53	
Goiás	1.645.537	90.284	75.726	14.558	0,89	1º
Mato Grosso do Sul	700.176	40.073	33.916	6.157	0,89	2º
Rio Grande do Sul	2.921.855	157.667	133.275	24.392	0,84	3º
Santa Catarina	2.669.129	167.279	145.552	21.727	0,82	4º
Sergipe	360.949	13.769	11.375	2394	0,67	5º
São Paulo	14.735.268	770.074	674.178	95.896	0,66	6º
Paraná	3.338.482	195.330	173.731	21.599	0,65	7º
Distrito Federal	1.071.237	43.391	36.527	6.864	0,64	8º
Rondônia	306.664	15.911	14.121	1.790	0,59	9º
Tocantins	268.830	12.268	10.955	1.313	0,49	10º
Mato Grosso	999.214	58.904	54.155	4.749	0,48	11º
Pará	1.028.558	43.458	38.757	4.701	0,46	12º
Minas Gerais	5.018.762	240.712	217.838	22.874	0,46	13º
Amazonas	575.437	24.787	22.727	2.060	0,36	14º
Piauí	383.137	13.669	12.394	1.275	0,33	15º
Bahia	2.245.506	86.927	80.037	6.890	0,31	16º
Espírito Santo	928.138	49.789	46.943	2.846	0,31	17º
Roraima	85.631	4.488	4.232	256	0,30	18º
Ceará	1.462.201	54.784	50.468	4.316	0,30	19º
Maranhão	696.947	24.102	22.061	2.041	0,29	20º
Rio de Janeiro	3.978.454	152.751	141.315	11.436	0,29	21º
Acre	115.085	5.170	4.894	276	0,24	22º
Amapá	104.321	4.044	3.806	238	0,23	23º
Pernambuco	1.591.428	55.867	54.724	1.143	0,07	24º
Paraíba	544.615	21.465	22.651	-1.186	-0,22	25º
Rio Grande do Norte	550.842	19.084	21.305	-2.221	-0,40	26º
Alagoas	477.396	15.531	18.554	-3023	-0,63	27º

Fonte: NOVO CAGED

A tabela 1, apresenta uma a evolução de estoque, admissões, desligamentos e saldo de empregos no Brasil no mês de fevereiro de 2026, com ajustes sazonais. Os estados de Goiás e Mato Grosso do Sul ambos apresentaram a maior variação relativa positiva, com um crescimento de 0,89% no saldo de empregos. Goiás lidera o ranking com um saldo de 14.558



novos empregos, enquanto Mato Grosso do Sul vem logo em seguida com 6.157.

Rio Grande do Sul apresentou um saldo de 24.392 novos empregos e uma variação de 0,84%, o estado ocupa o terceiro lugar no ranking. O desempenho robusto reflete um bom equilíbrio entre admissões e desligamentos. Já Santa Catarina obteve um saldo positivo de 21.727 empregos, correspondendo a uma variação de 0,82%, esse estado segue de perto o Rio Grande do Sul em termos de crescimento do mercado de trabalho.

São Paulo embora não seja o estado com a maior variação relativa, mas se destaca pelo maior saldo absoluto de novos empregos, com 95.896, indicando um volume significativo de movimentações no mercado de trabalho.

O estado de Alagoas enfrentou o maior saldo negativo, com uma redução de 3.023 empregos, resultando em uma variação de -0,63%, a pior entre todas as unidades da federação. Rio Grande do Norte e Paraíba ambos os estados também enfrentaram dificuldades. O Rio Grande do Norte teve uma variação negativa de -0,40% com uma perda de 2.221 empregos, enquanto a Paraíba apresentou uma variação de -0,22%, perdendo 1.186 empregos.

Já o estado de Pernambuco apesar de ter um saldo de empregos positivo, a variação relativa foi de apenas 0,07%, uma das menores entre as unidades federativas, indicando um crescimento quase estagnado.

O Brasil, como um todo, registrou um saldo positivo de 255.321 empregos, o que representa uma variação relativa de 0,53%. Isso indica um cenário nacional de recuperação e crescimento no mercado de trabalho em fevereiro de 2026.

Estados como Goiás e Mato Grosso do Sul destacam-se pela forte criação de empregos, enquanto outros, como Alagoas e Rio Grande do Norte, precisam de estratégias para reverter a tendência negativa. As políticas regionais de incentivo ao emprego e o fortalecimento de setores estratégicos podem ser fundamentais para melhorar o desempenho das regiões que enfrentam dificuldades.



Tabela 2 - Evolução de admitidos, desligamentos e saldo por nível geográfico – Acumulado nos últimos 12 meses (março/2025 a fevereiro 2026)

Unidades da Federação	Últimos 12 Meses (março/2025 a fevereiro 2026)- com ajuste				
	Admissões	Desligamentos	Saldos	Variação Relativa (%)	Ranking
Brasil	26.312.990	25.265.966	1.047.024	2,19	
Amapá	53.625	46.271	7.354	7,58	1º
Paraíba	265.690	236.086	29.604	5,75	2º
Piauí	166.277	147.290	18.987	5,21	3º
Sergipe	157.583	139.990	17.593	5,12	4º
Maranhão	289.550	256.901	32.649	4,91	5º
Pernambuco	689.864	620.918	68.946	4,53	6º
Distrito Federal	489.343	443.790	45.553	4,44	7º
Acre	56.842	52.569	4.273	3,86	8º
Bahia	1.027.439	949.044	78.395	3,62	9º
Amazonas	304.533	285.745	18.788	3,38	10º
Ceará	662.124	615.213	46.911	3,31	11º
Pará	515.710	483.241	32.469	3,26	12º
Alagoas	207.233	192.305	14.928	3,23	13º
Rondônia	174.078	165.663	8.415	2,82	14º
Mato Grosso do Sul	418.698	400.453	18.245	2,68	15º
Mato Grosso	670.652	645.229	25.423	2,61	16º
Rio Grande do Norte	254.290	241.828	12.462	2,31	17º
Goiás	1.011.795	975.947	35.848	2,23	18º
Rio de Janeiro	1.701.179	1.624.023	77.156	1,98	19º
Paraná	2.019.782	1.955.679	64.103	1,96	20º
Roraima	50.720	49.101	1.619	1,93	21º
Tocantins	138.538	133.563	4.975	1,89	22º
Santa Catarina	1.701.194	1.655.147	46.047	1,76	23º
São Paulo	8.355.153	8.111.510	243.643	1,68	24º
Espírito Santo	576.125	563.914	12.211	1,33	25º
Rio Grande do Sul	1.586.160	1.556.418	29.742	1,03	26º
Minas Gerais	2.765.868	2.715.188	50.680	1,02	27º

Fonte: NOVO CAGED

A tabela 2, traz a evolução dos números de admissões, desligamentos e o saldo resultante no mercado de trabalho brasileiro, nos últimos 12 meses, de março de 2025 a fevereiro de 2026. O Brasil, como um todo, apresentou um saldo positivo de 1.047.024 postos de trabalho, com uma variação relativa de 2,19%. Isso indica um crescimento moderado no número de empregos formais no país.



O estado do Amapá apresentou uma variação relativa de 7,58%, o Amapá lidera o ranking, apresentando um saldo positivo de 7.354 postos de trabalho. Este desempenho destaca a capacidade da região de gerar empregos de forma significativa em relação ao seu tamanho.

Paraíba ocupa a segunda posição com um saldo de 29.604 empregos e uma variação relativa de 5,75%, mostrando um crescimento robusto no mercado de trabalho local. O estado do Piauí aparece em terceiro lugar com uma variação de 5,21%, o que representa um aumento notável de 18.987 empregos.

Pernambuco e Distrito Federal também se destacam com saldos acima de 45.000 postos de trabalho, com variações de 4,53% e 4,44%, respectivamente.

Os estados Bahia e Rio de Janeiro apresentam saldos expressivos de 78.395 e 77.156, embora a variação relativa seja menor (3,62% e 1,98%, respectivamente), indicando grandes volumes de contratações, mas também de desligamentos.

São Paulo, apesar de possuir o maior saldo absoluto (243.643), apresenta uma variação relativa e apenas 1,68%, refletindo o grande tamanho do seu mercado de trabalho.

Minas Gerais e Rio Grande do Sul têm variações relativas de 1,02% e 1,03%, respectivamente, sugerindo um crescimento mais contido.

Os dados revelam uma heterogeneidade significativa no desempenho dos mercados de trabalho no Brasil. Enquanto algumas unidades federativas como o Amapá e a Paraíba mostram crescimento robusto, grandes estados como São Paulo e Minas Gerais apresentam uma expansão mais modesta em termos relativos. Indicando diferenças nas políticas de emprego, nas condições econômicas, e na capacidade de atrair investimentos. Essa diversidade reflete a complexidade econômica e a necessidade de políticas adaptadas às características regionais para fomentar o crescimento do emprego.



Tabela 3 - Evolução de admitidos, desligamentos e saldo por nível geográfico – Acumulado do Ano – com ajuste

Unidades da Federação	Acumulado do Ano - com ajuste				
	Admissões	Desligamentos	Saldos	Variação Relativa (%)	Ranking
Brasil	4.620.228	4.249.889	370.339	0,76	
Amapá	8.693	7.943	750	0,72	1º
Mato Grosso	129.798	106.182	23.616	2,42	2º
Santa Catarina	328.246	286.718	41.528	1,58	3º
Goiás	180.129	154.680	25.449	1,57	4º
Mato Grosso do Sul	78.320	67.951	10.369	1,50	5º
Rio Grande do Sul	299.882	257.581	42.301	1,47	6º
Paraná	375.521	336.003	39.518	1,20	7º
Tocantins	24.271	21.403	2.868	1,08	8º
Distrito Federal	83.597	74.575	9.022	0,85	9º
São Paulo	1.467.426	1.355.815	111.611	0,76	10º
Sergipe	27.000	24.308	2.692	0,75	11º
Maranhão	48.911	44.109	4.802	0,69	12º
Amazonas	50.983	47.449	3.534	0,62	13º
Minas Gerais	468.953	438.635	30.318	0,61	14º
Bahia	172.738	159.488	13.250	0,59	15º
Espírito Santo	98.579	93.397	5.182	0,56	16º
Rondônia	30.573	29.146	1.427	0,47	17º
Pará	85.401	80.635	4.766	0,47	18º
Roraima	8.567	8.218	349	0,41	19º
Ceará	109.548	104.946	4.602	0,32	20º
Piauí	26.269	25.186	1.083	0,28	21º
Pernambuco	111.501	109.207	2.294	0,14	22º
Rio de Janeiro	282.505	284.770	-2.265	-0,06	23º
Rio Grande do Norte	40.143	41.083	-940	-0,17	24º
Paraíba	42.802	44.165	-1.363	-0,25	25º
Acre	9.063	9.776	-713	-0,62	26º
Alagoas	30.406	36.106	-5.700	-1,18	27º

Fonte: NOVO CAGED

A tabela 3, em análise apresenta dados sobre a evolução de admissões, desligamentos e saldo de empregos no Brasil, categorizados por unidade da federação. Esses números são acumulados ao longo do ano, com ajustes para refletir uma visão mais precisa do mercado de trabalho.



O Brasil, como um todo, apresenta um saldo positivo de 370.339 empregos, com uma variação relativa de 0,76%. Este dado indica um crescimento estável no mercado de trabalho nacional. No entanto, a situação varia significativamente entre os estados.

O Amapá lidera o ranking com a maior variação relativa de 0,72%, o que demonstra um crescimento proporcionalmente robusto em relação ao seu mercado de trabalho.

Os estados Mato Grosso e Santa Catarina seguem em segundo e terceiro lugar, respectivamente, com saldos significativos de 23.616 e 41.528 empregos, e variações relativas de 2,42% e 1,58%. Estes estados mostram forte crescimento econômico e dinamismo no mercado de trabalho.

São Paulo, apesar de ser o estado com o maior número absoluto de admissões (1.467.426) e desligamentos (1.355.815), apresenta um saldo de 111.611 empregos e ocupa a 10ª posição em termos de variação relativa.

Estados como Minas Gerais e Bahia apresentam saldos positivos de 30.318 e 13.250 empregos, respectivamente, mas com variações relativas menores, indicando que, embora o número de empregos tenha aumentado, o crescimento proporcional é mais modesto comparado a outros estados.

Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Paraíba, Acre e Alagoas apresentam saldos negativos, indicando uma redução líquida de empregos. Alagoas é o estado com a maior perda absoluta de empregos, totalizando -5.700, e a maior variação negativa de -1,18%.



Tabela 4 - Evolução da variação do estoque

	Dezembro 2024/Dez. 2025	Janeiro 2025/Jan. 2026	Fevereiro 2025/Fev. 2026	Ranking
Brasil	1,50	2,60	2,19	
Amapá	7,47	8,23	7,58	1º
Paraíba	5,83	6,11	5,75	2º
Piauí	4,74	5,80	5,21	3º
Sergipe	3,90	4,78	5,12	4º
Maranhão	3,90	4,94	4,91	5º
Pernambuco	3,85	5,05	4,53	6º
Distrito Federal	4,52	4,52	4,44	7º
Acre	4,00	4,33	3,86	8º
Bahia	3,49	4,32	3,62	9º
Amazonas	2,50	3,63	3,38	10º
Ceará	2,94	3,50	3,31	11º
Pará	2,43	3,80	3,26	12º
Alagoas	2,73	3,15	3,23	13º
Rondônia	2,75	3,35	2,82	14º
Mato Grosso do Sul	0,73	3,02	2,68	15º
Mato Grosso	1,22	3,17	2,61	16º
Rio Grande do Norte	2,39	3,23	2,31	17º
Goiás	1,42	2,63	2,23	18º
Rio de Janeiro	2,03	2,52	1,98	19º
Paraná	1,22	2,52	1,96	20º
Roraima	2,51	2,92	1,93	21º
Tocantins	1,66	2,72	1,89	22º
Santa Catarina	0,59	2,12	1,76	23º
São Paulo	0,78	1,99	1,68	24º
Espírito Santo	0,69	1,67	1,33	25º
Rio Grande do Sul	0,58	1,26	1,03	26º
Minas Gerais	0,17	1,65	1,02	27º

Fonte: Novo Caged.

Dados Sujeito a atualização



Tabela 5 - Salário Médio real de admissão por Unidades da Federação, Brasil - janeiro de 2026 a fevereiro de 2026

Competência Movimentação	2026/01	2026/01	Variação em relação ao mês anterior (%)	Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior (%)
Brasil	2.402,88	2.346,97	-2,33	2,76
Rondônia	2.003,98	1.973,29	-1,53	-0,50
Acre	1.883,54	1.785,11	-5,23	-1,55
Amazonas	2.125,64	2.114,25	-0,54	4,00
Roraima	1.963,76	1.857,92	-5,39	-2,54
Pará	2.240,10	2.110,43	-5,79	0,78
Amapá	1.809,87	2.042,96	12,88	9,87
Tocantins	2.123,60	2.065,70	-2,73	1,66
Maranhão	2.073,71	2.055,22	-0,89	-1,12
Piauí	2.219,04	2.107,30	-5,04	-6,64
Ceará	2.110,22	2.093,14	-0,81	3,21
Rio Grande do Norte	1.935,57	2.010,22	3,86	-0,15
Paraíba	1.925,04	2.088,57	8,49	-1,21
Pernambuco	2.154,70	2.197,25	1,97	11,01
Alagoas	1.915,06	1.871,76	-2,26	-2,96
Sergipe	1.971,98	1.968,76	-0,16	-18,44
Bahia	2.119,94	2.054,29	-3,10	2,52
Minas Gerais	2.231,72	2.214,63	-0,77	3,04
Espírito Santo	2.316,30	2.207,37	-4,70	6,10
Rio de Janeiro	2.422,80	2.468,23	1,88	5,13
São Paulo	2.717,90	2.593,00	-4,60	1,99
Paraná	2.356,87	2.260,43	-4,09	2,39
Santa Catarina	2.365,14	2.397,48	1,37	2,88
Rio Grande do Sul	2.248,75	2.190,66	-2,58	1,66
Mato Grosso do Sul	2.236,41	2.222,11	-0,64	3,02
Mato Grosso	2.435,42	2.277,94	-6,47	2,16
Goiás	2.164,16	2.110,26	-2,49	2,79
Distrito Federal	2.589,87	2.541,41	-1,87	7,88

Fonte: Novo Caged.

Nota: Dados sujeito a reajuste.

A tabela 3, traz a média salarial de admissão no Brasil para janeiro e fevereiro de 2026 revela um cenário de leve deterioração no curto prazo, combinado com uma tendência de crescimento no horizonte anual. No agregado nacional, observa-se uma redução de 2,33%



no salário médio entre janeiro e fevereiro, passando de R\$ 2.402,88 para R\$ 2.346,97. Esse movimento sugere um possível efeito sazonal ou uma mudança no perfil das admissões, com maior entrada de trabalhadores em ocupações de menor remuneração. Apesar disso, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, há um crescimento real de 2,76%, indicando que, no geral, os salários ainda mantêm ganho de poder de compra.

Do ponto de vista regional, os dados evidenciam forte heterogeneidade. A maior parte das unidades da federação apresentou queda salarial no mês, com destaque para Mato Grosso (-6,47%), Pará (-5,79%), Roraima (-5,39%) e Acre (-5,23%).

Por outro lado, alguns estados registraram crescimento expressivo, especialmente o Amapá, com alta de 12,88%, além de Paraíba e Rio Grande do Norte. No caso do Amapá, o aumento acentuado sugere um efeito pontual, possivelmente associado à criação de vagas com maior remuneração ou a um volume menor de admissões, o que tende a amplificar variações.

Em termos de nível salarial, persistem desigualdades estruturais entre as regiões. Estados como São Paulo, Distrito Federal e Rio de Janeiro apresentam os maiores salários médios de admissão, refletindo economias mais diversificadas, maior produtividade e concentração de empregos formais mais qualificados. Em contraste, estados do Norte e Nordeste, como Acre, Roraima e Alagoas, continuam com os menores valores, evidenciando disparidades no mercado de trabalho brasileiro.

De forma geral, os dados apontam que o mercado de trabalho brasileiro no início de 2026 passa por um ajuste de curto prazo, com redução dos salários de admissão na maioria dos estados, mas ainda preserva uma trajetória de crescimento real quando comparado ao ano anterior. Ao mesmo tempo, permanece evidente a forte desigualdade regional e a maior volatilidade nos estados de menor porte, onde pequenas mudanças no volume ou perfil das contratações têm impacto mais intenso sobre os indicadores.

Grupo atividade Econômica

Tabela 6 - Dados de emprego no estado do Amapá, por grupo atividade econômica – fevereiro de 2026

Atividade Econômica	Admitidos	Desligados	Saldo	Estoque Mensal
Agropecuária	68	93	-25	1.624
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura				
Indústria	310	276	34	7.217
Água, Esgoto, Atividade de Gestão resíduos e descontaminação	64	21	43	1.524
Eletricidade e Gás	15	16	-1	653
Indústria de Transformação	174	221	-47	4.454
Indústria Extrativista	57	18	39	586
Construção	447	466	-19	6.855
Construção de Edifícios	322	239	83	4.667
Obras de Infraestrutura	64	91	-27	1.184
Serviços especializados para Construção	61	136	-75	1.004
Comércio	1.611	1.530	81	32.754
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	112	79	33	2.322
Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas	291	282	9	6.078
Comércio Varejista	1.208	1.169	39	24.354
Serviços	1.608	1.441	167	55.872
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	414	286	128	20.901
Alojamento e alimentação	203	203	-	4.584
Informação e comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	820	794	26	
Outros serviços	89	75	14	2.497
Serviços Domésticos	-	-	-	9
Transporte, armazenagem e correios	82	83	-1	3.830
Total	4.044	3.806	238	104.321

Fonte: Novo Caged

Nota: Dados sujeito a reajuste.



A tabela 6, fornecida detalha o cenário de emprego no estado do Amapá para o mês de fevereiro de 2026, distribuído por diferentes grupos de atividades econômicas. Os dados incluem o número de admitidos, desligados, saldo (admitidos menos desligados) e o estoque mensal de empregos para cada setor.

O total de admitidos foi de 4.044, enquanto o número de desligados foi de 3.806, resultando em um saldo positivo de 238 empregos. O estoque mensal de empregos no estado foi de 104.321.

A Agropecuária apresentou um saldo negativo de -25, com 68 admitidos e 93 desligados. O estoque mensal neste setor foi de 1.624 empregos.

A Indústria teve um saldo positivo geral de 34 empregos, com 310 admitidos e 276 desligados. A construção apresentou saldo negativo de -19. No entanto, houve variação interna significativa.

O setor Comércio apresentou um saldo positivo de 81, com 1.611 admitidos e 1.530 desligados. O estoque mensal neste setor foi o maior entre todos, com 32.754 empregos.

O estado do Amapá conseguiu manter um saldo de emprego positivo em fevereiro de 2026, com o setor de serviços desempenhando um papel crucial nesse resultado. A construção de edifícios e o comércio também contribuíram positivamente. No entanto, é importante observar os desafios enfrentados pela agropecuária e alguns subsetores de construção, que apresentaram saldos negativos. Esses dados podem indicar áreas onde políticas públicas e incentivos podem ser necessários para equilibrar o mercado de trabalho no estado. A fonte alerta que os dados estão sujeitos a ajustes, portanto, monitoramentos futuros serão essenciais para um planejamento adequado.



Estoque de Empregos

Tabela 7 - Dados de emprego no estado do Amapá, segundo o Estoque – fevereiro de 2026

Atividade Econômica	Estoque Mensal
Agropecuária	1.624
Agricultura, Pecuária	1.599
Pesca e Aquicultura	24
Produção Florestal	1.001
Indústria	7.217
Água, Esgoto, Atividade de Gestão resíduos e descontaminação	1.524
Eletricidade e Gás	653
Indústria de Transformação	4.454
Indústria Extrativista	586
Construção	6.855
Construção de Edifícios	4.667
Obras de Infraestrutura	1.184
Serviços especializados para Construção	1.004
Comércio	32.754
Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	2.322
Comércio por Atacado, Exceto Veículos Automotores e Motocicletas	6.078
Comércio Varejista	24.354
Serviços	55.872
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	20.901
Alojamento e alimentação	4.584
Informação e comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	
Outros serviços	2.497
Serviços Domésticos	9
Transporte, armazenagem e correios	3.830
Total	104.321

Fonte: Novo Caged

Nota: Dados sujeito a reajuste.

A análise dos dados de emprego formal no estado do Amapá, referentes a fevereiro de 2026, revela uma estrutura econômica fortemente concentrada no setor de serviços com 55.872. Esse predomínio indica uma economia com forte presença de atividades terciárias,



especialmente aquelas ligadas à administração pública, saúde, educação e serviços sociais.. Esse cenário evidencia a importância do setor público como principal indutor do mercado de trabalho local, característica comum em estados com menor dinamismo industrial.

O setor de comércio aparece como o segundo maior empregador, concentrando 32.754 empregos. Dentro desse segmento, destaca-se o comércio varejista, responsável pela maior parte das ocupações, o que sugere uma economia baseada no consumo interno.

Por outro lado, os setores industrial e da construção civil apresentam participações relativamente modestas. Na indústria, há predominância da indústria de transformação, mas em escala reduzida, o que demonstra baixo nível de industrialização e pouca diversificação produtiva. A pequena presença da indústria extrativista também chama atenção, considerando o potencial de recursos naturais da região. Já a construção civil, embora não seja um dos maiores setores, possui papel relevante na geração de empregos, especialmente em atividades relacionadas à construção de edifícios, podendo estar associada à expansão urbana ou a investimentos em infraestrutura.

A agropecuária, por sua vez, apresenta participação bastante reduzida, a economia formal quanto a presença significativa de informalidade nas atividades rurais. Esse dado reforça a ideia de que a estrutura produtiva do estado não está fortemente baseada no setor primário formal.

De modo geral, os dados evidenciam uma economia pouco diversificada, com elevada dependência do setor público e das atividades comerciais. Essa configuração pode tornar o estado mais vulnerável a oscilações fiscais e à dinâmica do consumo, limitando o crescimento econômico sustentável. Nesse sentido, torna-se fundamental a adoção de políticas voltadas à diversificação produtiva, ao fortalecimento da indústria e ao desenvolvimento de serviços mais especializados, capazes de gerar maior valor agregado e ampliar as oportunidades de emprego no Amapá.



Perfil do trabalhador Amapaense



Tabela 8 - Evolução Mensal de Admitidos por tipo de Gênero no estado do Amapá

Gênero	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026
Homens	1.974	2.683	2.536
Mulheres	1.298	1.966	1.508
Total	3.272	40.649	4.044

Fonte: Novo Caged

Nota: Dados sujeito a reajuste.

Tabela 9 - Evolução Mensal Grau de Escolaridade dos Admitidos no estado do Amapá

Escolaridade	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026
Analfabeto	4	20	16
Fundamental Incompleto	76	180	145
Fundamental Completo	154	211	200
Médio Incompleto	113	423	158
Médio Completo	2.562	3.215	3.025
Superior Incompleto	98	155	97
Superior Completo	265	436	403

Fonte: Novo Caged – MTE.

Nota: Dados sujeito a reajuste.

Tabela 10 - Evolução Mensal Admitidos por Faixa Etária no estado do Amapá

Faixa etária	Dezembro 2025	Janeiro 2026	Fevereiro 2026
até 17 anos	14	302	13
18 a 24 anos	951	1.387	1.158
25 a 29 anos	605	870	829
30 a 39 anos	883	1.153	1.083
40 a 49 anos	512	678	702
50 a 64 anos	280	249	249
65 ou +	27	10	10

Fonte: Novo Caged – MTE.

Nota: Dados sujeito a reajuste.



Conclusão

O mercado de trabalho formal no Brasil e, em particular, no estado do Amapá, fornece insights valiosos sobre as dinâmicas econômicas e sociais em fevereiro de 2026. O cenário nacional, conforme apresentado pelas tabelas do NOVO CAGED, demonstra um crescimento moderado, com um saldo positivo de empregos, mas revela também desafios regionais significativos.

No Amapá, observa-se uma economia altamente concentrada no setor de serviços, com destaque para a administração pública, saúde, e educação. Isso evidencia a dependência do estado em relação ao setor público e ressalta a importância de diversificar a economia para garantir um crescimento sustentável. Os setores de comércio e construção também desempenham papéis críticos, embora a construção enfrente desafios em subsetores específicos.

O perfil do trabalhador amapaense, conforme os dados, aponta para uma predominância de indivíduos com ensino médio completo entre os admitidos, refletindo a estrutura educacional da força de trabalho local. A participação feminina e masculina nas admissões também demonstra uma distribuição razoavelmente equilibrada, embora ligeiramente dominada por homens.

Finalmente, a análise das faixas etárias dos trabalhadores admitidos sugere uma força de trabalho predominantemente jovem, com a maioria dos novos empregos ocupados por pessoas entre 18 e 39 anos. Isso pode indicar uma tendência de renovação da força de trabalho e a necessidade de políticas que apoiem a capacitação contínua e o desenvolvimento de habilidades para atender às demandas do mercado em evolução.



Em suma, os dados revelam um mercado de trabalho em recuperação, com variações significativas entre as regiões e setores. Para enfrentar os desafios identificados, é crucial que se implementem estratégias que promovam a diversificação econômica, o fortalecimento da indústria e a melhoria da qualificação da força de trabalho. Essas ações podem ajudar a criar um ambiente mais resiliente e dinâmico, capaz de suportar flutuações econômicas e fomentar o crescimento e a inclusão social no Amapá e no Brasil como um todo.





Macapá - AP, 06 de abril de 2026.

Coordenadoria de Produção e Análise de Informação - COPAI

Coordenador: Francisco de Assis Souza Costa

GERÊNCIAS

Gerente do Núcleo de Pesquisas: Armando Ferreira Bruno Neto

Gerente do Núcleo de Estatística: Nazaré Santos Cardoso

Gerente do Núcleo de Análise Socioeconômica: Newton Wanderley Salomão Junior

EQUIPE TÉCNICA

Aldo Simão Carneiro Fernandes: Analista de Planejamento e Orçamento

César Augusto dos Santos Matos: Analista de Planejamento e Orçamento

Diego Belo Rodrigues: Assistente Administrativo

Lucio do Nascimento Batista: Técnico de Planejamento

Tasso Alencar de Souza: Assistente Administrativo

Taiza Roberta Farias da Silva: Analista de Planejamento e Orçamento

Vitória Cherfen de Souza: Analista de Planejamento e Orçamento

Marlon Moraes Amanajás: Gerente de Subgrupos de Atividades de Projetos

Consulta: <https://seplan.portal.ap.gov.br/conteudo/estatistica-do-estado/novo> caged